



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA

Departamento de Geomática

Res. N°65/20-CEPE

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Direito Agrário Código: GA133

Natureza:
(x) Obrigatória (x) Semestral () Anual () Modular
() Optativa

Pré-requisito: Não tem
Co-requisito: Não tem
Modalidade: () Presencial () Totalmente EAD () CH em EAD:
(X) 100% ERE (Ensino Remoto Emergencial, Res. N°65/20-CEPE)

CH Total: 60h											<i>Indicar a carga horária semestral (em PD-LB-CP-ES-OR-PE-EFPEXT-PCC)</i>
CH Semanal (somadas as atividades síncronas e assíncronas) 10h	Padrão (PD): 10	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):	Extensão (EXT):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):	Prática como Componente Curricular (PCC):	

EMENTA (Unidade Didática)

1. Legislação agrária 2. Direito civil .3. Direito agrário 4. Agrimensura legal.

PROGRAMA (itens de cada unidade didática)

1. Introdução ao Direito
 - 1.1 Fontes e Princípios do Direito
 - 1.2 Espécies de Normas e Hierarquia Normativa
 - 1.3 Técnica de Redação Legislativa
 - 1.4 Direito Público e Direito Privado
 - 1.5 Organização do Estado e Competências
2. Categorias Jurídicas Gerais
 - 2.1 Sujeitos de Direito: pessoa física e pessoa jurídica
 - 2.2 Bens Públicos e Bens Privados
 - 2.3 Fato, Ato e Negócio Jurídico

2.4 Abuso de Direito e Ato Ilícito

2.5 Tempos no Direito

3. Histórico Jurídico-Territorial Brasileiro

3.1 Formação da Estrutura Jurídico-Fundiária Brasileira

3.2 Formação da Estrutura Possessória-Registral-Proprietária Brasileira

3.3 Encontros e Desencontros entre Direito, Cartografia e Registros

3.4 Questões Contemporâneas dos Encontros e Desencontros entre Direito, Cartografia, Registros e Cadastros

4. Categorias Jurídicas Específicas de Direito Civil-Agrário

4.1 Posse e Propriedade Bens Privados

4.2 Formas de Aquisição do Bens - Posse e Propriedade

4.3 Formas de Perda dos Bens - Posse e Propriedade

4.4 Direitos de Vizinhança

4.5 Instrumentos Jurídicos: Usucapião, Cessão, Registro

5. Categorias Jurídicas Específicas de Direito Administrativo-Agrário

5.1 Posse e Propriedade Bens Públicos

5.2 Formas de Aquisição do Bens - Posse e Propriedade

5.3 Formas de Perda dos Bens - Posse e Propriedade

5.4 Instrumentos Jurídicos: Desapropriação, Cessão, Enfitese, Preempção

6. Direito Agrário Contemporâneo

6.1 Estrutura Fundiária e Reforma Agrária

6.2 Cadastros Rurais e Ambientais

6.3 Zoneamentos - Uso e Ocupação da Terra Rural

6.4 Áreas Protegidas e Áreas Tradicionais - Demarcações

OBJETIVO GERAL

O aluno deve compreender o campo jurídico relacionado aos vários elementos intervenientes no Direito Agrário, consideradas a estrutura conceitual e organizativa dos elementos normativos estabelecidos para a realização das atividades técnicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Compreender, aplicar e, em determinados casos, propor elementos normativos ou normas (fontes, princípios e instrumentos jurídicos) atinentes às atividades técnicas que impliquem: (i) na produção de nova norma técnica, considerada a forma e o conteúdo (possibilidade e conveniência); (ii) na compreensão sobre a aplicabilidade, considerado o contexto jurídico da norma (hierarquia e competência); (iii) na interpretação, avaliação, valoração, parâmetro, critério de julgamento e sanção (pertinência e adequação formal e de conteúdo).

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

As atividades serão síncronas e assíncronas.

No período especial, com a metodologia de Ensino Remoto Emergencial (ERE), a condução da turma será feita através de ambiente virtual de aprendizagem, Plataforma Teams, e seguirá os seguintes procedimentos:

Observações:

- A carga horária semanal será de 10 horas, com 3 horas semanais de atividades síncronas e 7 horas semanais de atividade assíncronas.

- As atividades síncronas ocorrerão às segundas-feiras, das 13:30 às 15:30 e às quartas-feiras, das 13:30 às 14:30.

- O primeiro dia de aula da semana será destinado à exposição de conteúdos e explicação dos exercícios. O segundo dia de aula da semana será destinado à correção dos exercícios e esclarecimento de dúvidas.

- Os exercícios devem ser entregues nos prazos definidos, sendo que a entrega fora do prazo será computada como ausência, no que diz respeito àqueles relacionados à frequência.

Sistema de comunicação: as dúvidas poderão ser também apresentadas pelos alunos no Grupo de Whatsapp, e por e-mail (danielepontes.ufpr@gmail.com), no período entre 8h e 18h.

Número de vagas: 25

FORMAS DE AVALIAÇÃO

Serão doze exercícios, divididos em avaliação de frequência e avaliação para a composição da nota:

- (i) 5 exercícios para avaliação de frequência;
- (ii) 6 exercícios de temas específicos para avaliação de atribuição de nota (60% da nota);
- (iii) 1 exercício sobre temas gerais da disciplina com atribuição de nota (40% da nota).

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES*

Data de início: 04/11/2020

Data de fim: 14/12/2020

Aulas Síncronas:

13:30 até 15:30 - segundas-feiras

13:30 até 14:30 - quartas-feiras

CRONOGRAMA GERAL:

Semana	Data	Unidade Didática
1	04/11/2020	Apresentação da Disciplina Introdução ao Direito
2	09/11/2020 e 11/11/2020	Categorias Jurídicas Gerais
3	16/11/2020 e 18/11/2020	Histórico Jurídico-Territorial Brasileiro
4	23/11/2020 e 25/11/2020	Categorias Jurídicas Específicas de Direito Civil-Agrário
5	30/11/2020 e 02/12/2020	Categorias Jurídicas Específicas de Direito Administrativo-Agrário
6	07/12/2020 e 09/12/2020	Direito Agrário Contemporâneo
Exame Final	14/12/2020	Exercício Final

**Não pode coincidir com datas de férias programadas*

* O cronograma DETALHADO pode ser anexado em arquivo .pdf a este processo, se preferir, conforme Art. 7º, II da Resolução 65/20-CEPE

Observar quadro de horários fornecido como sugestão pela Coordenação do Curso para atividades síncronas, se houver

VAGAS PARA MATRÍCULAS*: [25]

Para o professor (a) é viável o aumento de vagas pela Coordenação de Curso, caso haja uma demanda maior após o início das matrículas?

Não ()

Sim (x), autorizo que a coordenação aumente em até [05] vagas, além das vagas de matrículas citadas acima, caso haja mais demanda ao longo da oferta.

*verificar solicitação da Coordenação de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, bem como o Art. 8º da Resolução nº 65/20-CEPE que dispõe que "o número de vagas em cada disciplina ou unidade curricular ofertada no período especial deverá ser, no mínimo, igual a 50% do número de vagas normalmente ocupadas em período letivo regular"

OBS: A flexibilização da bibliografia pode ser realizada em conformidade ao Art. 11, da Resolução N°65/20-CEPE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 29 ed. São Paulo: Malheiros.

GUTERRES, José Augusto e CROCKETI, Priscila Soares. A propriedade da terra e a questão agrária brasileira. In.: Revista da Faculdade de Direito da UFPR. vol. 43. Curitiba: UFPR, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/7018/4995>

MARRARA, Thiago. Bens públicos na Constituição de 1988: repartição federativa, monopolização e classificação. In.: Revista de Direito Administrativo & Constitucional. ano 18. n. 74. out/dez. Belo Horizonte, Fórum, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/1048-1505-1-PB.pdf>

OPITZ, Oswaldo e Sílvia. Curso Completo de Direito Agrário. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TEPEDINO, Gustavo e SHREIBER, Anderson. A garantia da propriedade no Direito brasileiro. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano VI, Nº 6 - Junho de 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DINIZ SANTOS, T. G., DONINI Rossito, F., & MARÉS DE SOUZA FILHO, C. F. (2020). Biodiversidade, Direitos e Produção Camponesa de alimentos. Revista Da Faculdade De Direito Da UFG, 2020, p. 43. <https://doi.org/10.5216/rfd.v43.58665>

GOMES, Orlando. Direitos reais. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

LARANJEIRA, R. (2010). DIREITO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE. *Revista Da Faculdade De Direito Da UFG*, 12(1-2), 85/96. <https://doi.org/10.5216/rfd.v12i1-2.11660>

LARANJEIRA, Raimundo. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: LTr, 2000.

LEME MACHADO, Paulo Affonso. Direito Ambiental Brasileiro. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlo Frederico. A função social da terra. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARÉS DE SOUZA FILHO, Carlo Frederico. O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Coisas. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Docente Responsável: Daniele Regina Pontes (CT/DGEOM)

E-mail de contato do Docente Responsável: danielepontes.ufpr@gmail.com

Chefe do Departamento de Geomática: Hideo Araki (CT/DGEOM)

Vice-Chefe do Departamento de Geomática: Alex Soria Medina (CT/DGEOM)

Vigência: Novo Período Especial previsto na Resolução N°65/20-CEPE.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELE REGINA PONTES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/10/2020, às 21:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HIDEO ARAKI, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GEOMÁTICA - CT**, em 19/10/2020, às 20:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **3020411** e o código CRC **F761C2F6**.